

Atos Oficiais

LEI Nº 6.848, DE 05 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre atendimento prioritário às pessoas com Síndrome Vasovagal, em jejum de 08 horas ou mais, nas unidades de saúde do Município, bem como nos laboratórios e hospitais particulares, e dá providências. (Autoria: Vereador Professor Paulo Cesar)

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Ficam obrigadas todas as unidades de saúde do município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como laboratórios e hospitais particulares, a conceder atendimento prioritário aos pacientes com **síndrome Vasovagal** quando da realização de exames médicos em jejum de 08 horas ou mais.

Parágrafo único: A prioridade prevista no caput deste artigo deve ser observada em conjunto com o atendimento às pessoas idosas, gestante, lactantes, as pessoas com crianças e todas as demais que possuem tratamento prioritário por disposição legal.

Art. 2º O usuário com **síndrome vasovagal** deverá comprovar essa condição mediante a apresentação de laudo médico.

Art. 3º Os estabelecimentos que figuram no caput do artigo 1º devem afixar em local visível um cartaz com texto informando a prioridade de pessoa com **síndrome vasovagal** na realização dos exames em caso de jejum de 08 horas ou mais.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo, regulamentar e fiscalizar o cumprimento das disposições estabelecidas na presente Lei, no que couber e for necessário para sua efetiva aplicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após 60 (sessenta) dias da data da sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 05 de maio de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 2231/2023-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.851, DE 08 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade de auxílio às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida nos supermercados e estabelecimentos congêneres, em caso de necessidade, se houver, e dá outras providências. (Autoria: Professor Paulo Cesar)

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Os hipermercados, supermercados, micromercados, varejões e estabelecimentos congêneres deverão treinar e disponibilizar, durante o horário regular de funcionamento, colaboradores para, em caso de necessidade, auxiliarem, isolada ou cumulativamente, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida que estejam no interior do estabelecimento a fim de realizar compras.

Parágrafo único: Não se aplica esta lei aos estabelecimentos que possuírem até 05(cinco) funcionários.

Art. 2º Quando solicitado, independente da forma, o auxílio estabelecido nesta lei compreende:

I- Conduzir a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida no interior do estabelecimento;

II- Indicar a localização do objeto desejado;

III- Conduzir o carrinho de compras;

IV- Pegar e colocar o objeto desejado no carrinho de compras;

V- Ler as informações referentes a produtos, tais como preços, ofertas, datas de validade, especificações e o que mais fizer necessário;

VI- Empacotar as mercadorias e colocá-las à disposição para condução por parte da pessoa auxiliada, seja por meio de seu veículo próprio, seja por outro meio disponíveis (táxi e serviços de transporte em geral).

VII- Todas as demais ações necessárias que envolvam a relação de consumo no interior do estabelecimento comercial.

Art. 3º As pessoas com deficiência e mobilidade reduzida deverão solicitar o auxílio estabelecido nesta lei junto ao balcão de informações / atendimentos ou não havendo o referido setor, a qualquer funcionário do estabelecimento comercial.

Art. 4º O não atendimento do previsto nesta lei sujeitará o responsável ao pagamento de multa nos termos do código de defesa do consumidor.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a matéria, no que couber.

Art. 6º Esta lei entra em vigor 90(noventa) dias após sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 08 de maio de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JUNIOR
Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 2326/2023-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.847, DE 04 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a alteração da denominação da Praça Areninha, para Centro de Treinamento Técnico Luiz Carlos Feliciano “Esquerdinha”, e dá outras providências. (Autoria da Casa)

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação da Praça Areninha, para **Centro de Treinamento Técnico Luiz Carlos Feliciano “Esquerdinha”**, o espaço público municipal localizado no interior do Complexo Esportivo do Jardim Luso, situado na Rua João Pessoa, Jardim Luso, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal n.º 6.664/2021.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 04 de maio de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JUNIOR
Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 2215/2023-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.841, DE 19 DE ABRIL DE 2023

Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o “Dia Municipal do Escritor”, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Paulo César Ferreira)

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia Municipal do Escritor, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de julho, como forma de incentivo e homenagem aos escritores do município.

Art. 2º A data de que trata o artigo 1º integrará o Calendário Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 3º A criação do “Dia Municipal do Escritor” tem por finalidade alguns dos seguintes objetivos:

I - Valorizar a produção literária na Estância Turística de Ribeirão Pires;

II - Homenagear a quem, com a arte de juntar as palavras, contribui na construção de conceitos e de significados que transformam vidas, constrói mundos reais e imaginários, mexe com as emoções, aproximam pessoas, lugares e ajudam a formar opiniões;

III - Incentivar e conscientizar para o respeito e para o valor da produção literária de escritoras e escritores ribeirãopirenses;

IV - Despertar o interesse pela escrita, de fortalecer a formação de uma sociedade de leitoras e leitores;

V - Promover o maior conhecimento de escritoras e escritores da cidade, bem como as suas obras literárias.

Parágrafo único: Os escritores locais, com no mínimo, uma obra publicada, poderão divulgar seus trabalhos durante a referida data comemorativa.

Art. 4º As manifestações de comemoração pelo Dia Municipal do Escritor acontecerão por meio de eventos literários variados, dentre eles, a saber:

I – Varal de poesias;

II – Lançamentos de livros;

III – Roda de conversa sobre literatura;

IV – Conversa com escritores;

V – Concurso de poesia, frases, contos, cordel, repentes e outros;

VI – Apresentações culturais;

VII – Demais formas.

Art. 5º O Poder Executivo dará apoio na divulgação dos eventos, podendo ceder espaços públicos, para realização dos vários formatos descritos no artigo anterior.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 19 de abril de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ROSI RIBEIRO DE MARCO
Secretária de Educação e Cultura

Processo Administrativo nº 1872/2023-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.846, DE 03 DE MAIO DE 2023

Autoriza a implantação da telemedicina na Rede Municipal de Saúde de Ribeirão Pires, e dá outras providências.

(Autoria: Vereador Diogo Manera)

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar a telemedicina na Rede Municipal de Saúde de Ribeirão Pires, inclusive as clínicas particulares a ofertarem tal serviço nos termos e condições definidas por esta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei considera-se telemedicina, entre outros, a transmissão segura de conteúdo audiovisual e de dados com informações médicas, por meio de texto, som, imagens ou outras formas necessárias para a assistência, prevenção, diagnóstico, tratamento, incluindo prescrições, e acompanhamento de pacientes, educação e pesquisa em saúde, compreendidas as seguintes atividades:

I - Telemonitoramento: monitoramento de parâmetros de saúde ou doença à distância;

II – Teleorientação: orientação e encaminhamento de pacientes à distância;

III – Teletriagem: ato realizado por um médico com avaliação dos sintomas, a distância, para definição e direcionamento do paciente ao tipo adequado de assistência necessária ou a um especialista;

IV - Teleconsultoria: consulta registrada e realizada entre trabalhadores, profissionais e gestores da área da saúde, por intermédio de instrumentos de telecomunicação bidirecional - internet, telefone, aplicativos, etc.

Art. 3º A telemedicina no Município de Ribeirão Pires respeitará os princípios da responsabilidade digital, da autonomia, do bem estar, da justiça, da ética, da liberdade e independência do médico ou responsável técnico.

Art. 4º Ficará a cargo do Órgão Municipal competente a regulamentação dos procedimentos mínimos a serem observados para a prescrição de medicamentos no âmbito da telemedicina.

Art. 5º Serão considerados atendimentos por telemedicina, entre outros:

I - Prestação de serviços médicos, utilizando tecnologias da informação e comunicação (TIC), nas situações em que os profissionais da saúde ou pacientes estão em locais de difícil acesso;

II - A consulta médica remota mediada por tecnologia com médico e paciente localizados em diferentes zonas ou bairros do Município;

III - A troca de informações e opiniões entre médicos, com ou sem a presença do paciente, para auxílio diagnóstico ou terapêutico, clínico ou cirúrgico;

IV - O ato médico a distância, com a transmissão, imagens e dados para emissão de laudo ou parecer;

V - A triagem com avaliação dos sintomas, a distância, para definição e encaminhamento do paciente ao tipo adequado de assistência necessária ou a especialização aplicada;

VI - O monitoramento para vigilância à distância de parâmetros de saúde e doença, por meio de disponibilização de imagens, sinais e dados de equipamentos ou dispositivos pareados ou conectáveis nos pacientes em regime de internação clínica ou domiciliar, em comunidade terapêutica, em instituição de longa permanência de idosos ou no traslado de paciente até sua chegada ao estabelecimento de saúde;

VII - A orientação realizada por um profissional médico para preenchimento à distância de declaração de saúde;

VIII - Assessoria mediada por tecnologias remotas entre médicos e gestores, profissionais e trabalhadores da área da saúde, com a finalidade de esclarecer dúvidas sobre procedimentos, ações de saúde e questões relativas ao processo de trabalho.

Art. 6º Será assegurado ao médico a liberdade e completa independência na decisão de utilizar ou não a telemedicina, indicando a consulta presencial sempre que entender necessário.

Art. 7º O Município poderá promover campanhas informativas a fim de esclarecer a população sobre a modalidade de Telemedicina no Sistema Municipal de Saúde.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 03 de maio de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

LEI Nº 6.827, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a redação da Lei Municipal nº 6.097/2016, que dispõe sobre o Dia Municipal do(a) Assistente Social, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Alan de Sousa Bomfim)

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1º, da Lei Municipal nº 6.097, de 20 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia Municipal do(a) Assistente Social, a ser realizado, anualmente, em 15 de maio.

Parágrafo único: Para o cumprimento dos objetivos desta lei, o Poder Executivo Municipal, em parceria com outras entidades, poderá:

I - Promover palestras, workshops, solenidades e demais eventos que promovam e valorizem o trabalho do profissional de Assistente social; e

II - Efetuar campanhas institucionais junto aos meios de comunicação com o fim de divulgar o dia do Assistente Social.”
(NR)

Art. 2º - Fica revogado o artigo 2º, da Lei Municipal nº 6.097, de 20 de junho de 2.016.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 20 de dezembro de 2022 – 308º Ano da Fundação de 68º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI

Prefeito interino

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

CHRISTIAN MORANZA DI CICCO

Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo administrativo nº 6688/2022 – PM

Publicada no órgão da imprensa oficial.

LEI Nº 6.814, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a proibição da comercialização ou administração de medicamento inibidor do estro (anti-cio) em fêmeas das espécies caninas e felinas, no âmbito do município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereadora Amanda Andrade Nabeshima)

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica proibida, no âmbito do município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a comercialização ou administração de medicamento inibidor do estro (anti-cio) em fêmeas das espécies caninas e felinas.

Parágrafo Único. Excetua-se da proibição do caput a medicação prescrita por médico Veterinário e utilizada na forma do receituário.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores à multa, a ser aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente matéria, no que couber.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito interino

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário Saúde e Higiene

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA
Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Processo administrativo nº 7592/2022-PM
Publicada no órgão da imprensa oficial.

DECRETO Nº 7.397, DE 25 DE MAIO DE 2023

Nomeia a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, e dá outras providências

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, composta pelos membros abaixo relacionados, em consonância com o Código de Trânsito Brasileiro e com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN:

Presidente: Nelio José da Silva

Suplente: Valmir Rogério Andrade

Representantes da Sociedade Civil

Titular: Mauricio Donizeti Gonçalves

Suplente: Cristiano Marques Bertolo

Representantes da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil (DMU)

Titular: Fabio Bertrani Leme

Suplente: Douglas Lizarte dos Santos

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2023, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 7.395/2023.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 25 de maio de 2023 – 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR

Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

Processo Administrativo nº 6270/2005 - PM.

Publicado no órgão de imprensa oficial.